

## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU – MINAS GERAIS

### PARECER JURÍDICO

#### 1. SÍNTESE:

Trata-se de questionamento advindo do setor de questionamento sobre a possibilidade de pactuação de termo de colaboração entre a Prefeitura Municipal de Itanhandu e a Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura “Dilza Pinho Nilo”, por meio do **memorando DCON 64/2023**.

Solicitam parecer sobre a questão.

#### 2. MÉRITO:

Verifica-se a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil, aliada a necessidade do município de Itanhandu/MG em suprir atividades concernentes ao âmbito da educação, assistência social e saúde.

Na situação em que o Município não dispõe de condições para oferecer diretamente os serviços relacionados no Plano de Trabalho, e que nesse caso, havendo interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria para a consecução do objeto.

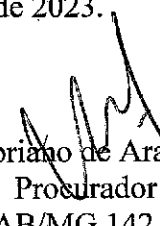
Como preceitua o inciso VI do artigo 30 da Lei 13.019 de 31/07/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, a formalização do instrumento de parceria pode ser realizada por dispensa de Chamamento Público.

#### 3. CONCLUSÃO:

Por todo o exposto verificado pelo setor responsável a compatibilidade com a disposição legal, é possível a formalização de Termo de Colaboração com dispensa de chamamento público, nos termos do inciso VI do artigo 30 da Lei 13.019/2014.

E o parecer.

Itanhandu, 27 de dezembro de 2023.

  
João Cipriano de Araújo Neto  
Procurador  
OAB/MG 142.591

